

AS POTENCIALIDADES DA APICULTURA E MELIPONICULTURA COMO ATIVIDADE MOTORA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

CARMO GABRIEL DA SILVA FILHO¹; CRISTINE PARADEDA COSTA; FÁTIMA GIOVANA TESSMER SANTIN; GABRIELITO MENEZES²

¹Universidade Federal de Pelotas – carmosilvafilho@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – gabrielitorm@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A concepção de Desenvolvimento Territorial abarca as relações sociais, econômicas e ambientais, de maneira mais específica num determinado espaço (RAIHER et al., 2017). Tal abordagem não é algo novo, ela vem de experiências, especialmente europeias, que mostraram que o desenvolvimento em nível local estava submetido às outras condicionantes, que extrapolam às econômicas. Além disso, a abordagem “territorialista” pressupõe o estado como um agente articulador e promotor de atividades no território (CORRÊA, 2009).

Um dos objetivos principais das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil, consiste na erradicação da fome e da pobreza, sobretudo nas áreas rurais (OLIVEIRA et al., 2015). Para se realizar o combate à pobreza rural é necessário renda, infraestruturas básicas (água, energia elétrica, etc) e acesso a mercados para comercialização da produção agrícola (ZIMMERMANN et al., 2014).

No que tange à renda ela pode ser feita através de programas de transferência, como o Bolsa Família, ou através do fomento de atividades produtivas. Estas últimas devem possuir a capacidade de mobilização de outros segmentos; diversificação da base produtiva; consumo da massa salarial no território, assim como a incorporação dos elementos econômicos, ambientais e culturais (RAIHER et al. 2017).

Porém, nem todas as atividades produtivas podem ser inseridas num determinado território, devido alguns entraves, como a presença de Áreas de Preservação Permanentes e Reservas Legais, observados por CAMPOS e VALENTE (2008) na região da Chapada dos Veadeiros - GO e também por CANO et al. (2015) na região do Vale do Ribeira - SP. A exploração nestas áreas é permitida, porém devem ser submetidas à avaliação dos órgãos ambientais e sua exploração deve respeitar as exigências de um trabalho sustentável.

Além disso, ZIMMERMANN et al. (2014) afirma que ações como o Pronat (Programa de Desenvolvimento Sustentável do Territórios Rurais) e o PTC (Programa Território Cidadania) conseguiram incorporar bem a categoria e a dimensão da agricultura familiar. No entanto, grupos mais específicos como indígenas, quilombolas, mulheres e jovens, careciam de especificidades por serem grupos com maior vulnerabilidade social.

Sendo assim, as atividades econômicas fomentadas em projeto de Desenvolvimento Territorial, devem possuir as características supracitadas, ou seja, deve permitir a geração de renda com baixo impacto ambiental e considerar

aspectos culturais da população. Com isso, o presente artigo objetiva discutir as potencialidades e possibilidades da meliponicultura e da apicultura como uma atividade essencial para compor o rol de ações a serem fomentadas pelo estado.

2. METODOLOGIA

A metodologia consiste numa pesquisa bibliográfica, em fontes secundárias, em que foram consultados artigos científicos, disponibilizados em diferentes plataformas e também publicados em diferentes locais (revistas, anais de simpósios, etc), além de teses e dissertações (GIL, 2017; LAKATOS; MARCONI, 2003). Dentro da literatura disponível buscou-se relatos de experiências ocorridas no Brasil e em diferentes regiões, para contemplar o objetivo proposto.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A apicultura consiste na exploração racional de abelhas do gênero *Apis Mellífera*, que são abelhas com ferrão, oriundas da África e da Europa. As europeias foram introduzidas pelos padres jesuítas e por colonos alemães no século 19, enquanto as africanas foram trazidas pelo Dr. Warwick Estevam Kerr, na década de 50, para fins experimentais. Porém, ocorreu um acidente que permitiu que estas abelhas se espalhassem pelo território e cruzassem com as europeias. Atualmente a maior parte dos exames são de abelhas híbridas (Fleck; Bellinaso, 2008).

A Meliponicultura, por sua vez, consiste na exploração das abelhas do gênero *Meliponae*, que são abelhas sem ferrão, originárias da fauna brasileira. Sua exploração é anterior à colonização do continente, sendo utilizada pelas populações indígenas. Dentro desta espécie encontram-se a Jataí, Mandaçaia, Jandaíra, dentre outras (Fleck; Bellinaso, 2008).

Ambas produzem méis e outros produtos (própolis, cera, etc), porém em termos de desenvolvimento tecnológico e produtivo, a apicultura se encontra em estágios mais avançados. Além disso, são importantes fontes de renda, seja principal ou complementar, e em sua maioria desenvolvidas por agricultores familiares. No que refere à apicultura, metade dos produtores possuem até 50 colmeias e 90% possuem até 200 (VIDAL, 2020).

Na produção mundial apícola, o Brasil ocupa a posição de número 11 no *ranking*, produzindo em 2019 um total de 45 mil toneladas. As regiões com maiores produções são Sul, Nordeste e Sudeste, e cerca de 60% é destinada à exportação, com destaque para os Estados Unidos e a Alemanha. As informações acerca dos méis das abelhas nativas ainda não são contabilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Apesar das diferenças tecnológicas e de informação, as duas formas de exploração possuem em comum a necessidade de pasto apícola e melitófilo, ou seja, é necessário floradas para que as abelhas possam coletar o pólen. Isso significa que o local onde estão localizadas as colmeias devem possuir no seu entorno áreas de vegetação, não sendo necessária a retirada de matas. Além disso,

estimula a preservação e a recuperação de áreas desmatadas, prática esta observada, especialmente, entre meliponicultores (BARBIÉRI; FRANCOY, 2020).

Ainda no contexto da preservação ambiental, é recorrente nas pesquisas, a consciência ambiental gerada pelas atividades. Pois muitos deles demonstram preocupações com o meio ambiente e, principalmente, reconhecem a importância das abelhas para a manutenção dos ecossistemas (CERQUEIRA; FIGUEIREDO, 2017; LOURENÇO; CABRAL, 2016).

Além disso, a meliponicultura e a apicultura quando implementadas em um determinado local, exigem que outras atividades exploratórias, tais como a agricultura e a mineração, repensem suas práticas, de modo a não causar a morte das abelhas ou a contaminação dos produtos. Aliás, atualmente um dos maiores problemas enfrentados pelos produtores é com relação à deriva dos agrotóxicos (CERQUEIRA; FIGUEIREDO, 2017). Também, encontram-se relatos de contaminação, por atividade mineradora, da água utilizada na Casa do Mel e a redução das áreas de mata preservada devido ao avanço das monoculturas (CANO et al., 2015).

Estas atividades já se mostram, em muitos lugares, como uma importante fonte geradora de renda efetiva, aliando inclusive aspectos relacionados aos territórios. A título de exemplo, tem-se cooperativas na região conhecida como “Território do Velho Chico”, que comercializam seus produtos nos mercados institucionais e internacional (OLIVEIRA; SANTOS, 2017) e produtores quilombolas do Vale do Ribeira, que com apoio do ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) comercializam sua produção em nível regional (CANO et al., 2015).

Por fim, em termos mercadológicos, o Brasil, em especial a região Nordeste, possui um grande potencial de produção de mel com certificação orgânica. Algo que não é possível em outras regiões produtoras, principalmente em outros países. Com isso, tem-se um grande nicho de mercado a ser explorado (VIDAL, 2020).

4. CONCLUSÕES

Conclui-se a partir dos argumentos apontados que a exploração racional de abelhas, tanto das espécies *Apis Mellifera* quanto das Meliponinae, são atividades econômicas concretas a serem incorporadas no rol de políticas públicas de Desenvolvimento Territorial. Estas atividades são capazes de conciliar, de maneira indissociável, atividade econômica, preservação ambiental e aspectos culturais. Além disso, é possível perceber que estas atividades podem ser indutoras de mudanças em outros segmentos, como a mineração e a agricultura de larga escala.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBIÉRI, C.; FRANCOY, T. M. Modelo teórico para análise interdisciplinar de atividades humanas: A meliponicultura como atividade promotora da sustentabilidade. **Ambiente & Sociedade**, v. 23, 3 ago. 2020.

CAMPOS, J. I.; VALENTE, A. L. E. F. **HISTÓRIA, CULTURA E TRADIÇÃO: ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**. [s.l.] Sociedade

Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), jul. 2008.
Disponível em: <<https://econpapers.repec.org/paper/agssbrfsr/109724.htm>>.
Acesso em: 7 jul. 2021.

CANO, C. B. et al. Quilombolas: a produção de mel na apicultura familiar do Vale do Ribeira, São Paulo. **Vigilância Sanitária em Debate**, v. 0, n. 0, p. 428/253, 28 set. 2015.

CERQUEIRA, A.; FIGUEIREDO, R. A. Percepção ambiental de apicultores: Desafios do atual cenário apícola no interior de São Paulo. **Acta Brasiliensis**, v. 1, n. 3, p. 17–21, 26 set. 2017.

CORRÊA, V. P. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E A IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS VINCULADAS A ESTA PERSPECTIVA. p. 15, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2017.

IBGE. **Pesquisa Pecuária Municipal**. 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2019>. Acesso em: 25 jun. 2021

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. DE A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LOURENÇO, M. S. M.; CABRAL, J. E. DE O. Apicultura e Sustentabilidade: Visão dos Apicultores de Sobral (CE). **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 9, n. 1, p. 93–115, 31 mar. 2016.

OLIVEIRA, D. G. DE; SANTOS, L. O. F. Apicultura e meliponicultura sob abordagem agroecológica no território Velho Chico: Desafios e perspectivas. **Cadernos Macambira**, 2017.

OLIVEIRA, L. Z. et al. Ações da política de desenvolvimento territorial para superar a pobreza rural: estudo de caso no território Meio Oeste Contestado (SC). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 11, n. 1, 8 fev. 2015.

RAIHER, A. P. et al. Economia e Desenvolvimento Territorial. Toledo Parque Itaipu, 2017.

FLECK, L.F.; BELLINASSO, J.A.; ESTUDO DA CADEIA DO MEL E DERIVADOS. p. 71, 2008.

VIDAL, M. D. F. EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE MEL NA ÁREA DE ATUAÇÃO DO BNB. p. 10, 2020.

ZIMMERMANN, S. A. et al. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA RURAL NO BRASIL / TERRITORIAL DEVELOPMENT AND PUBLIC POLICIES TO FIGHT RURAL POVERTY IN BRAZIL. **Revista Campo-Território**, v. 9, n. 17, 6 maio 2014.